

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-532-7

DOI 10.22533/at.ed.327200511

1. Educação. 2. Política. 3. Economia. 4. Ciência e Cultura. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficiente medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste livro.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, os diminutos recursos destinados, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades.

Nesse ínterim, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, sobretudo aquelas que inter cruzam e implicam ao contexto educacional. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros, como os compõe essa obra.

O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, vivenciado recentemente, nos alerta para uma necessidade de criação de espaços de resistência. É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade, de uma forma geral, das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade.

Portanto, as discussões empreendidas neste volume 02 de “***A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam.

Este livro reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, ciências

e tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, política, economia, entre outros.

Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS

Silvana Lopes Mendonça Valentin

Solange Mendonça Lopes

Laura Jazmin Ledesma Martinez

DOI 10.22533/at.ed.3272005111

CAPÍTULO 2..... 18

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ESTADO DE ALAGOAS: DIFICULDADES E AVANÇOS

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3272005112

CAPÍTULO 3..... 30

LITERATURA EM LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REME DOURADOS-MS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Naura Rosa Pissini Battaglin Merey

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

Claudia Marinho Carneiro Noda

Elis Regina dos Santos Viegas

DOI 10.22533/at.ed.3272005113

CAPÍTULO 4..... 40

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA): A INTEGRAÇÃO E A INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Eliza Terezinha Rupolo Woos

Celso Antonio Conte

DOI 10.22533/at.ed.3272005114

CAPÍTULO 5..... 56

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Marcília Maria Alves Chaves

Luana Frigulha Guisso

DOI 10.22533/at.ed.3272005115

CAPÍTULO 6..... 71

A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONTEÚDOS ATITUDINAIS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

Mirella Epifânio Mesquita

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

DOI 10.22533/at.ed.3272005116

CAPÍTULO 7..... 85

USO PEDAGÓGICO DO SOROBAN: DISPOSITIVO MEDIADOR DOS PROCESSOS DE LETRAMENTO MATEMÁTICO DOS SUJEITOS CEGOS E VIDENTES

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso

Liz Leal Mota Capistrano

Lucimara Morgado Pereira Lima

Marta Martins Meireles

Nélia de Mattos Monteiro

Tháise Lisboa de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3272005117

CAPÍTULO 8..... 98

UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO

Janaína Schell dos Santos

Carla Sant'Ana Oliveira

Carla Luciane Blum Vestena

DOI 10.22533/at.ed.3272005118

CAPÍTULO 9..... 116

ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL, TIPO I PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO PARANÁ

Rosemeri Ruppel Stadler

Mariangela Deliberalli

DOI 10.22533/at.ed.3272005119

CAPÍTULO 10..... 131

ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA COMO IMPORTANTE ESPAÇO DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A VELHICE

Nádia Marota Minó

Eleusy Natália Miguel

Anmaly Natália Miguel Monteiro Gilbert

DOI 10.22533/at.ed.32720051110

CAPÍTULO 11..... 139

A “INCLUSÃO” DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO

SUPERIOR

Ozair Dias da Costa
Irongina de Fátima Silva

DOI 10.22533/at.ed.32720051111

CAPÍTULO 12..... 153

EVOLUCIÓN DE LA OPINIÓN SOBRE LA CIENCIA EN EL COLEGIO DURANTE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA OBLIGATORIA EN FUNCIÓN DEL GÉNERO

Jesús David León Olarte
Beatriz Robredo Valgañón

DOI 10.22533/at.ed.32720051112

CAPÍTULO 13..... 165

BASES PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ALUNOS COM DEFASAGEM NA ALFABETIZAÇÃO

Dirce Charara Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.32720051113

CAPÍTULO 14..... 175

INCLUSÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: DESAFIOS E ANSEIOS

Lucia Marcinek Kadlubitski

DOI 10.22533/at.ed.32720051114

CAPÍTULO 15..... 188

O CONHECIMENTO DE ADOLESCENTES SOBRE BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ivando Amancio da Silva Junior
Aline Mesquita Lemos
Antônia Cristina Jorge
Antônia Kelina da Silva Oliveira Azevedo
Dayana Alves da Costa
Eronildo de Andrade Braga
Leilson Lira de Lima
Lucimar Camelo Souza
Germana Maria Viana Cruz
Givanildo Carneiro Benício
Roberto Wagner Junior Freire de Freitas
Samuel Ramalho Torres Maia

DOI 10.22533/at.ed.32720051115

CAPÍTULO 16..... 200

INCLUSÃO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIENCIAÇÃO “DISCENTE ~ DOCENTE ~ APRENDENTE”

Anderson Rodrigues Ramos
Priscila Tamiasso-Martinhon
Angela Sanches Rocha
Célia Sousa

DOI 10.22533/at.ed.32720051116

CAPÍTULO 17.....211

O DESAFIO DA ESCOLA FRENTE ÀS DROGAS: CONTRIBUIÇÃO DO PADRE PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.32720051117

CAPÍTULO 18..... 224

A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A PSICOMOTRICIDADE: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES NO CONVÍVIO COM AS DIFERENÇAS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Rubens Venditti Júnior

Paulo César Cadima Júnior

Milton Vieira do Prado Júnior

Súsel Fernanda Lopes

DOI 10.22533/at.ed.32720051118

CAPÍTULO 19..... 255

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO DE QUÍMICA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Lucas Ferreira Costa

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Marília Layse Alves da Costa

Amanda Lima Cunha

Karulyne Silva Dias

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Ivanna Dacal Veras

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Saskya Araújo Fonseca

Thiago José Matos Rocha

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Aldenir Feitosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051119

CAPÍTULO 20..... 267

TRANSTORNO DEPRESSIVO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Lysete de Assis Bastos

Gian Carlos Rodrigues do Nascimento

Adriana Reis Todaro

Jorge Andres Garcia Suarez

Freddy Seleme Mundaka

Sara Roberta Cardoso da Silva Carvalho

Daniglayse Santos Vieira

Elizabeth Francisco dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.32720051120

CAPÍTULO 21	277
UTILIZAÇÃO DE MATERIAL LÚDICO NO ENSINO SOBRE A ANATOMIA DA GENITÁLIA FEMININA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Leonardo Alves da Silva Palacio	
Roselaine Terezinha Migotto Watanabe	
Rafaela Cabral Belini	
Camila Marins Mourão	
Renata Lopes da Silva	
Bruna Louveira Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051121	
CAPÍTULO 22	280
INCLUSÃO LABORAL DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA - CAMPUS ESTRUTURAL	
Priscila de Fátima Silva	
Paulo Coelho Dias	
Francisco de Assis Póvoas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.32720051122	
CAPÍTULO 23	287
A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
Iana Crusoé Rebello Horta	
DOI 10.22533/at.ed.32720051123	
CAPÍTULO 24	300
A INCLUSÃO DO ALUNO NO ÂMBITO ESCOLAR POR MEIO DA LEGITIMAÇÃO DO DIA DA FAMÍLIA	
Carolina Ferreira Pereira	
Lara Ribeiro do Vale e Paula	
DOI 10.22533/at.ed.32720051124	
SOBRE O ORGANIZADOR	305
ÍNDICE REMISSIVO	306

CAPÍTULO 2

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ESTADO DE ALAGOAS: DIFICULDADES E AVANÇOS

Data de aceite: 03/11/2020

Data de submissão: 17/09/2020

Lucas Ferreira Costa

Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4469767927517246>

Carlos Roberto Lima Rodrigues

Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/9443023485398879>

Marília Layse Alves da Costa

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Arapiraca – AL
<http://orcid.org/0000-0001-7282-9617>

Amanda Lima Cunha

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Arapiraca – AL
<https://orcid.org/0000-0002-2688-5025>

Karulyne Silva Dias

Centro Universitário Cesmac
Maceió – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0229399833104355>

Heloísa Helena Figuerêdo Alves

Universidade Estadual de Ciências da Saúde
de Alagoas
Maceió – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4454895035199479>

Ivanna Dacal Veras

Faculdade Estácio de Alagoas e Hospital
Metropolitano de Alagoas
Maceió-AL
<http://lattes.cnpq.br/6307018747980426>

Mabel Alencar do Nascimento Rocha

Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/0651700365625556>

Saskya Araújo Fonseca

Centro Universitário Cesmac
Maceió-Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/7793186262013957>

Thiago José Matos Rocha

Centro Universitário Cesmac
Maceió-Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/9228726128290600>

Jesse Marques da Silva Junior Pavão

Centro Universitário Cesmac
Maceió-Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/2811263859126204>

Aldenor Feitosa dos Santos

Centro Universitário Cesmac
Maceió – Alagoas
Universidade Estadual de Alagoas
Arapiraca – Alagoas
<http://lattes.cnpq.br/4486728733567129>

RESUMO: A inclusão escolar é a forma básica que o estado tem de ofertar nas escolas públicas, para que tenham condições de exercerem sua cidadania. As famílias e a sociedade, por sua vez, têm de contribuir para garantia dos direitos dos deficientes, tanto em âmbito escolar, quanto social. Este trabalho objetiva refletir a educação inclusiva e seu histórico de avanços e dificuldades, bem como, discutir sua atual situação no Estado de Alagoas. A metodologia desta obra consiste

em uma análise de literatura em livros, documentos governamentais e dados obtidos em uma busca em site renomados da *Internet*, tais como o Google acadêmico, Periódico CAPES, Revista Química Nova na Escola e Scielo. Foi constatado que a educação inclusiva de deficientes é um assunto que tem sido muito abordado no estado de Alagoas, mas que ainda precisa de mais conquistas e mudanças concretas. Se faz necessário refletir a legislação nacional e o currículo escolar, tendo em vista que a educação básica ofertada ainda negligência aspectos estruturais, culturais e metodológicos, cruciais para a inclusão de deficientes na escola e na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Declaração de Salamanca, Educação inclusiva, História da inclusão de deficientes, Inclusão de deficientes.

INCLUSION OF DISABLED PEOPLE IN THE STATE OF ALAGOAS: DIFFICULTIES AND ADVANCES

ABSTRACT: The school inclusion of disabled people is the way which the state has to offer in public schools and make these people to be able to exercise their citizenship. Families and society must contribute to guarantee the rights of these people, both at school and social levels. This work aims to consider the inclusive education and its progress/difficulties, as well to discuss its current situation in Alagoas. The methodology was carried out using books, government documents and scientific databases as Google Scholar, CAPES Periodicals, Química Nova na Escola magazine and Scielo. It was possible to observe that the inclusive education has been much discussed in Alagoas, but still needs more achievements and changes. It is necessary to analyze the national legislation and the school curriculum, considering that the basic education still neglects the structural, cultural and methodological aspects, which is very important for the inclusion of disabled people in school and in society.

KEYWORDS: Salamanca Declaration, Inclusive Education, History of Inclusion for the Disabled, Inclusion of the Disabled.

1 | INTRODUÇÃO

A palavra inclusão foi algo bastante discutido em relação ao seu emprego, tendo em vista que algumas pessoas podem interpretar ou atribuir inúmeros significados, podendo remeter a concepção de exclusão, reforçando a ideia de preconceito e segregacionismo (SANTOS et al., 2019).

O tema inclusão, continuamente encontra-se em discussões, onde as políticas educacionais apresentam como âmbito principal para as práticas inclusivas, as escolas, prevendo um espaço acolhedor e de igualdade para todos, com ambientes sociais integrados a centros de atendimentos para deficientes, ônibus acessíveis, salas multifuncionais, além de cursos preparatórios para professores, afim de encontrarem-se aptos as circunstâncias em sala de aula (HERCULANO et al., 2018).

Para que o âmbito escolar tenha todas essas modificações para atender a

política inclusiva, torna-se necessário que órgãos governamentais ofereça suporte, destinado a verbas que atenda a demanda estrutural e de formação, conferindo assistencialismo, e um segundo fator que é essencial, é a contribuição de toda a gestão escolar juntamente com a sociedade, percebendo-se assim, que somente com a ação conjunta de todas é possível que a inclusão obtenha de fato êxito, onde terá início na escola e refletirá na sociedade (SOARES e MENDES, 2015).

A sociedade, não como toda, mas uma grande parcela impõe barreiras ao que se refere educação inclusiva, que de fato, é uma resistência para a ocorrência da verdadeira inclusão, além de submeter um cenário preconceituoso e de negação (SILVA, 2020).

Desse modo, verifica-se que o direito de estudar é para todos, o que não reflete na matrícula ou presença física do educando, mas sim, ofertar o pleno direito de um aprendizado completo e com a mesma qualidade. Apesar de não ser uma tarefa fácil, não é impossível (FALCÃO et al., 2020).

O trabalho tem por objetivo refletir a educação inclusiva e seu histórico de avanços e dificuldades, bem como, discutir sua atual situação no Estado de Alagoas.

1.1 A educação inclusiva no Brasil

No Brasil, o primeiro marco da educação especial ocorreu no período imperial. Em 1854, Dom Pedro II, influenciado pelo ministro do Império, Couto Ferraz, admirado com o trabalho do jovem cego José Álvares de Azevedo que educou com sucesso a filha do médico da família imperial, Dr. Sigaud, criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 1891 a escola passou a se chamar Instituto Benjamin Constant – IBC (SOUZA, A.G.L, 2015).

Em 1857, D. Pedro II também criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos. Na qual a criação desta escola deve-se a Ernesto Hüet que veio da França para o Brasil com os planos de fundar uma escola para surdos-mudos. Em 1957 a escola passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Ainda no período imperial, em 1874, iniciou-se o tratamento de deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia (hoje hospital Juliano Moreira) (LIEBL, 2020).

De acordo com Bueno (1993) e Mendes (2001), a Educação Especial no Brasil, teve como marco histórico o surgimento do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, ambas implantadas na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto o Estado brasileiro nunca implantou uma política educacional que se comprometesse com a democratização da educação. A indagação educacional a todo momento foi desprezada e colocada em segundo plano, devido a isto o Brasil é o último colocado quando se fala da evolução de gastos com educação. O descomprometimento histórico do Brasil sempre se deve ao processo político, onde é colocado a favor dos interesses de uma determinada classe dominante.

Devido aos problemas e aos conflitos políticos e econômicos, os institutos passaram por um processo de deterioração. Segundo Mendes (2006), no século XVI, o histórico da educação começa a ser traçado, pedagogos e médicos daquele tempo acreditavam na possibilidade de educar os indivíduos considerados ineducáveis. No entanto vale ressaltar que naquela época, o cuidado era apenas assistencialista e institucional, através de asilos e manicômios.

De acordo com Bueno (1993), o tratamento de doentes mentais em hospitais psiquiátricos, deu-se início no período imperial. Naquela época os surdos e cegos eram isolados do convívio social por meio dos institutos, fato bastante relevante era que os mesmos não precisariam ser isolados. Neste mesmo período iniciou-se os tratamentos psiquiátricos no Hospital da Bahia. Após certo período em meados de 1903 o Hospital D. Pedro II (Bahia), ganhou um novo pavilhão Bourneville que por sua vez seria implantado para tratar os doentes mentais.

Mendes (2001), afirma e demonstra por meio de seus estudos que o descaso com a educação especial era algo que predominava, porém em 1891 o federalismo é instaurado e com ele suas responsabilidades políticas educacionais também aumentam; por meio desse fato originou-se a inspeção médica escolar que possuía o interesse de educar os deficientes começando através dos serviços de higiene mental e saúde pública.

Com base nas observações de Mendes (1995), a omissão que pode ser notada em outros países até o século XVII, no Brasil, foi estendida até o início da década de 1950, nesse período nota-se que a construção teórica no que se refere a deficiência mental esteve restrita aos meios acadêmicos.

No Brasil a Educação Especial tem como referência fundamental a criação do Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamim Constant, logo após surgiu mais um instituto criado em 1854, o Instituto dos Surdos-Mudos, logo depois passando a ser chamado Instituto Nacional de Educação de Surdos, ambos fundados na cidade do Rio de Janeiro, teve iniciativa do governo Imperial. A criação desses institutos veio para retratar uma grande conquista.

Segundo estudiosos, não dá para identificar com exatidão o momento que seu deu origem a educação inclusiva, o que se sabe é que países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá, Espanha e Itália eram precursores na implantação de escolas inclusivas. Mrech (1998), discorre que surgiu nos Estados Unidos em 1975 o movimento da Educação Inclusiva, a partir da criação da Lei Pública n. 94.142.

No Brasil não há tanto investimento na educação especial, este é um dos empecilhos que reprime o progresso da educação especial. Segundo Ragonesi 1997, a República Federativa Do Brasil, é prestigiado como o pior do mundo no que se refere a educação. De acordo com estudos feitos o Brasil possui números alarmantes

de discentes com baixa performance, muitos não detêm capacidades elementares para compreender o que leem.

Bueno (1993) e Mendes (2001), expõem através de seus estudos a criação de Institutos que foram de fundamental importância para valorização e inclusão dos deficientes, no Rio De Janeiro foram criados dois institutos o primeiro foi o Imperial Instituto Dos Meninos Cegos e logo após o Instituto dos Surdos-Mudos. No entanto com o passar do tempo estes institutos foram sofrendo deterioração, devido a múltiplos conflitos de cunho político, social, moral e econômico.

Grandes conquistas foram alcançadas após a criação dos institutos, tendo como marco fundamental o atendimento dos indivíduos deficientes. Assim sendo, a Educação Especial se destacou por condutas isoladas, onde o suporte se referiu mais as deficiências óticas, auditivas, e em menor escala as anomalias físicas. Já em relação a deficiência intelectual houve um mutismo quase absoluto. No Brasil, segundo Jannuzi (1992), a Educação Especial era dividida em duas: médico-pedagógica, onde tinha como principais características a preocupação higienizadora; e, eugênica da comunidade, estimulando a constituição de escolas em hospitais, e a psicopedagógica que buscava uma ponderação mais precisa para a anomalia, onde era defendido a educação das pessoas que eram consideradas “anormais”.

Logo, é notório que essas iniciativas contribuem não só para a segregação dos deficientes em geral, mas também enaltece a relevância da educação para com os indivíduos considerados anormais.

Segundo Mendes (1995), a escola primaria começou a ser introduzida entre os anos de 1920 e 1930, devido ao grande número do analfabetismo, período este que houve uma alarmante expansão do ensino primário, conhecido pelo encolhimento do tempo de estudo e diversidade dos turnos. A proporção que se expandia o ensino primário era necessária reformas na educação, surgindo assim o movimento educacional da Escola-Nova, trazia consigo sugestões de criar novas instituições escolares que diferem daquelas tradicionais e que não se adequava as transformações sociais.

Em âmbito federal, a luta por direitos só foi conseguida mediante ao governo brasileiro, por causa de deficientes e representantes que reivindicaram e buscaram pelas melhorias necessárias, fato este que se deu através de diversas “solicitações” aos representantes públicos. Após todas conquistas, que deveras suprem as necessidades básicas do funcionamento burocrático das leis e adaptações cabíveis, ainda se faz necessário uma incessante luta para que estas leis entrem realmente em rigor e não continuem somente no papel, pois, em diversos casos estas são negligenciadas por gestores públicos que se calam à valência de práticas inclusivas em todos âmbitos da sociedade (BRASIL, 2007b; EVARISTO; FRANCISCO, 2013).

1.2 A importância da Declaração de Salamanca

Em junho de 1994, ocorreu a Conferência Mundial para tratar das necessidades Educativas Especiais que ocorreu na cidade de Salamanca – Espanha –, para aprovarem um decreto orientador de políticas e de ações voltadas para a inclusão educacional e social. Este documento culmina em seu conteúdo, principalmente Práticas, Princípios e Políticas para as necessidades educacionais especiais, acompanhado também de uma linha de ação (ALVIM e NOVAES, 2019)

Para o prefácio do livro *A “Declaração de Salamanca” hoje: vozes da prática*, Ferreira, relata que:

Incluir é uma ação complexa que exige a participação de profissionais de diversas áreas com o objetivo de estabelecer processos de ensino e leituras capazes de direcionar ações pedagógicas que possam atender a todos os alunos de forma equânime” (EVARISTO; FRANCISCO, 2013, p. 5).

No Decreto de Salamanca, podemos perceber que é seguida a ideologia de responsabilidade para melhorias, em que também é apontado a necessidade de inclusão de crianças e jovens de qualquer sexo e idade, independentemente de deficientes ou não; sendo apelado a todos os governos para o aceite e criação de várias políticas cabíveis. Este documento também inclui que caberá à UNESCO, cuidar para que as necessidades especiais sejam levadas como temáticas de debates em fóruns mundiais, obter apoio para a formação de professores, estimular a comunidade acadêmica para fortalecer a pesquisa desta Declaração e para geração de fundo de incentivo de programas de apoio a educação inclusiva e ensino especializado (EVARISTO; FRANCISCO, 2013).

A linha de ação da Declaração de Salamanca, visa que todas pessoas portadoras de deficiências devem ser tratadas com igualdade, ao mesmo tempo que nenhuma escolar deve negar acolhida de discente que possuam alguma deficiência. As escolas devem possibilitar o ensino inclusivo junto as turmas normais e especializado quando necessário for; apontando também diversos fatores para a inovação nos serviços e itinerantes ao que diz respeito a educação inclusiva (ALVIN e NOVAES, 2019).

Evaristo e Francisco (2013), trouxeram uma enorme pesquisa relacionada a importância do Decreto de Salamanca, onde buscaram por docentes deficientes e representantes de universidades federais, instituições para preservação do direito de deficientes e incluídos pela própria lei de inclusão pedagógica, onde relatam um pouco de suas experiências acumuladas ao tempo. Abaixo é mostrado alguns relatos coletados pelo trabalho destes autores:

A Declaração de Salamanca vem como um documento afirmando para

que todas as pessoas que estão à margem da sociedade possam ser incluídas nessa sociedade. Lá estão inclusos os deficientes, os negros, os índios (...). *Joseane de Lima Martins*.

A empresa precisa abrir suas mentes e receber as pessoas com deficiências. Não é uma preocupação necessária, “ah, vou ter dificuldades, vou ter problemas”. Nós temos que acreditar que as pessoas são desta forma, aceitá-las e recebê-las bem, para que elas trabalhem muito bem. *Antônio Campos de Abreu*.

Ao incluir uma criança com deficiência numa escola regular, você ajuda a quebrar preconceitos, ajuda na socialização dessa criança com deficiência, ajuda na socialização das crianças que não tem deficiência. *Arnaldo Godoy*. (Evaristo; Francisco, 2013, p. 13-63).

Podemos perceber através de vários relatos diferentes que este decreto abriu muitas portas para ajudar e dar apoio internacional sobre as deficiências. A difusão do termo inclusão, se deu de fato através desta reunião em Salamanca, em que também ficou incumbido o dever e o cuidado para que a preocupação e zelo por leis, sejam realmente difundidas no meio legislativo de diversos governos diferentes. Graças a estas conquistas e tantas outras pós-Salamanca, que a educação inclusiva avançou em várias partes do mundo, seja no ensino de química ou de qualquer outra área.

1.2.1 A importância da família para o desenvolvimento pedagógico individual e comunitário

A família tem um papel insubstituível para a inclusão das crianças deficientes, para que quando forem adolescentes ou adultas não tenham problemas de adaptações a inclusão, pois oferece todo um suporte para a formação da personalidade, confiança e segurança para viver com as adversidades do mundo (PINHEIRO, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – BRASIL, 1996), traz grandes avanços para a educação:

Artº 58 – Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços específicos dos alunos, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas

classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta de Educação Especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a Educação Infantil. (BRASIL, 1996, p. 25).

A escolha da escola perfeita e a idade certa, são algumas das muitas dúvidas referentes ao cuidado com as crianças deficientes. O Ministério da Educação indica que infantis deficientes sejam matriculadas na pré-escola ou em creches, antes da idade regular de sete anos, fazendo com que se adaptem mais facilmente quando maiores. A escola também é uma ótima escolha quando se trata de inclusão, uma criança mais tímida pode se enquadrar melhor em escolas pequenas, mais o ingresso em escolas grandes pode ser um ótimo desafio para que amadureçam de forma mais rápida (BRASIL, 2007b).

O Ministério da Educação (BRASIL, 2007a), aponta que “não se pode aceitar que uma criança com deficiência seja simplesmente colocada no mesmo espaço que as demais, sem que a escola se preocupe em atender suas necessidades educacionais especiais”. Cabe principalmente a família das crianças deficientes, representarem toda esta categoria, fazendo cobranças as entidades responsáveis, reivindicando e apoiando novas mudanças a favor dos mais excluídos. A busca por direitos a saúde, a educação, a moradia, ao trabalho e a cultura, é um direito de todo cidadão brasileiro, independentemente de sua situação de vida (BRASIL, 2007a).

2 | METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos deste artigo, se dão em caráter de análise bibliográfica sobre o tema em tela, fazendo uso de livros, artigos buscados no Google acadêmico e Scielo, bem como, normas legislativas, para a reflexão de conteúdos e casos cabíveis ao estudo sobre inclusão de deficientes e práticas pedagógicas.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ambiente escolar se torna a casa de professores, alunos e demais servidores, que juntos convivem e dividem este mesmo espaço. Da mesma forma que cada moradia possui características próprias de cada um de seus moradores, de acordo com sua personalidade e necessidades, a escola deve proporcionar adequações em seu espaço físico para receber cada um de seus frequentadores, independentemente de quaisquer que sejam suas necessidades físicas, ao mesmo tempo em que estes “moradores” também fazem parte do processo de transformação do lugar aonde convivem.

A escola não deve ser pensada como um ambiente que é frequentado apenas

por alunos e professores, há também uma diversidade de pessoas e funcionários que dividem este mesmo espaço. A comunidade escolar é uma sociedade formada por diferentes pessoas, tais como a merendeira, a secretaria escola, o diretor, pais e responsáveis por alunos, porteiro, o auxiliar de serviços gerais, dentre outros; estes também devem contribuir para que o convívio e o respeito por todos membros desta sociedade escolar, permaneçam e sejam devidamente conservados, bem como, esta comunidade deve ser apta a acolher todos, independentemente de quaisquer deficiências físicas ou mentais.

A atenção de um ambiente escolar inclusivo, volta-se geralmente apenas para a pessoa dos professores e dos gestores, para as melhorias no espaço físico, enquanto esquece-se de que as outras pessoas também exercem um papel primordial para a inclusão dentro do âmbito escolar.

Como resultado pôde-se perceber que há muito conteúdo na literatura que pode vir a funcionar não só como ferramenta de reflexão para a inclusão de deficientes, mas também como proposta pedagógica. Existem diversas leis e decretos disponíveis em todos os âmbitos possíveis – várias delas sendo citadas nesta obra –, visando assegurar que cidadãos tenham seus direitos cumpridos; todavia, é necessário fazer-se uma vasta reflexão voltada a execução destas leis, tendo em vista que em diversos casos a inclusão pedagógica deixa de acontecer por diversos motivos, ora por casos de negligência, ora por parte de representantes do governo, ora por gestores escolares.

Da mesma forma que a UNESCO, se responsabilizou e continua nessa jornada de zelar para que a educação inclusiva seja debatida, investigada, aplicada e renovada, é necessário que a população tome também por lutar a busca de tais direitos, além do que, ainda se precisa que sejam realizadas mais pesquisas científicas para que aconteça a inclusão da melhor forma possível. Referente as inclusões de pessoas com deficiência mental e cognitiva, é preciso que sejam projetadas novas práticas pedagógicas e avanços significantes no meio de ensino-aprendizado, através de pesquisas, análises e publicações de trabalhos científicos.

4 | CONCLUSÃO

Apesar das práticas inclusivas ser debatida e defendida por meio de Declarações Constitucionais estabelecidas, pouco ainda nos dias atuais é visto totalmente em prática, visto que a ausência de investimentos pelos órgãos governamentais dificulta a gestão de atribuir práticas inclusivas nas escolas, sendo apenas parcialmente aplicada.

O ato de matrícula ou apenas a presença física do aluno em sala de aula não refere-se em práticas inclusivas, e sim na participação de todos por meio de um

assistencialismo, independentemente de quaisquer deficiência.

Portanto, a falta de investimento estrutural e na formação dos professores são fatores essenciais para que as práticas inclusivas venham ocorrer, e obter o verdadeiro significado de igualdade.

REFERÊNCIAS

ALVIN, A.S; NOVAES, M.P. **A importância do mediador no processo de inclusão dos deficientes no ensino regular.** 2019. Disponível em: < <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1342.pdf>>. Acesso em 14 de julho de 2020.

BATISTA, P. K. **Interdisciplinaridade.** Portal da educação. Disponível em: < <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/interdisciplinaridade/65024>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** 1993. São Paulo: EDUC.

CALDAS, A. L. **Brasil tem 6 milhões de pessoas com deficiência visual.** 2016. Brasília-DF. Disponível em: < <http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2016-01/brasil-tem-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-visual>>. Acesso em: 23 de jan. de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado. 1998a.

CUNHA, R.; LIMA, M.; GOMES, A. **Educação inclusiva: o que pensam os alunos do PIBID sobre a inclusão na escola.** 2014. Disponível em: < <http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20O%20QUE%20PENSAM%20OS%20ALUNOS%20DO%20PIBID%20SOBRE%20A%20INCLUSAO%20NA%20ESCOLA.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

CURITIBA. **Terminologia sobre a pessoa que tem deficiência.** 2013. Disponível em: < <http://www.pessoacomdeficiencia.curitiba.pr.gov.br/conteudo/terminologia/116>>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

DAMASCENO, A. R. **Educação Inclusiva e organização da escola: projeto pedagógico na perspectiva da teoria crítica.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/chsr.2014.009>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

_____. **Decreto nº 3.298.** Brasília-DF. 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 26 de fev. de 2018.

DOURADO, T. **Baiano tem cabeça virada para trás e diz: ‘não tenho do que me queixar’.** 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/09/baiano-tem-cabeca-virada-para-tras-e-diz-nao-tenho-do-que-me-queixar.html>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

EVARISTO, M.; FRANCISCO, M. A. **“Declaração de Salamanca” hoje: vozes da prática.** 2013. Rio Branco-AC. João editora. p. 5-64.

FALCÃO, L.R.; CARVALHO, C.E.G; SOUZA, G.A.P; SANTOS, A.L; SOBRINHO, E.S.C; MARQUES, D.D. **Educação especial inclusiva: um olhar sobre a realidade de duas escolas públicas de Rio Branco – Acre.** Rev. Scientia Naturalis, Rio Branco, v. 2, n. 1, p. 14-23, 2020. Disponível em:<file:///C:/Users/DELL/Downloads/3442-Texto%20do%20artigo-9454-1-10-20200507.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2020.

FILHO, J. C. **A construção do mundo através dos cinco sentidos.** 2007. Disponível em: < <https://www.revistaplaneta.com.br/a-construcao-do-mundo-atraves-dos-cinco-sentidos/>>. Acesso em: 05 de mai. de 2018.

FONSECA, L. C. S. **Você quer o fato científico ou o que eu realmente acredito: os saberes dos alunos da escola pública.** 2004. Lisboa: Jornal, A Página da Educação, ano XIII, nº 132.

GASPARIN, J. L.; PETENUCCI, M. C. **Pedagogia histórico crítica: da teoria à prática no contexto escolar.** 2014. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. de 2018.

_____. **Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências.** Brasília-DF. 2006. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf> >. Acesso em: 22 de fev. de 2018.

JACOMELI, M. R. M. **A lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania.** 2010. Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, n.39, p. 76-90. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/39/art04_39.pdf>. Acesso em: 17 de set. de 2018.

_____. **Lei nº 9.394.** Brasília-DF. 1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2018.

_____. **Lei Nº 10.048.** Brasília-DF. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm >. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

LIEBL, B. **Os Limites e Potencialidades na Educação Especial na Escola Municipal de Educação Básica Professora Selma Teixeira Graboski.** 2020. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204215/TCC-%20Bianca%20Liebl..pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 14 de julho de 2020.

LIMA, M. R. BATISTA, E. L. **A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica revolucionária.** 2015. Sorocaba-SP. Laplage em revista, v. 1, n. 3. Disponível em: < <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/102>>. Acesso em: 26 de fev. de 2018.

LIPPE, E. M. O; CAMARGO, E. P. **O ensino de ciências e seus desafios para a inclusão: o papel do professor especialista.** In: NARDI, R. (org.) Ensino de ciências e matemática, I: temas sobre a formação de professores [online] São Paulo: Ed. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 30 de abr. de 2018.

MARIANO, L. S. **Adaptação de materiais de biologia e química para alunos com deficiência visual.** 2014. Rio Branco-AC. Disponível em: < <https://quimicacessivel.files.wordpress.com/2018/02/tcc-lidiane-mariano.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

_____. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível!** Brasília-DF. 2009. Disponível em: < http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/41/docs/manual_escolas_-_deficientes.pdf.pdf>. Acesso em: 21 de fev. de 2018.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** 1995. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília: MEC, 1998b.

_____. Ministério da Educação. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** 2007a. Brasília-DF. p. 10-20. 2007.

_____. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado.** 2007b. Brasília-DF. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf >. Acesso em: 25 de jan de 2018.

_____. **Ministério da Educação.** Livros em braille. 2017. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/livros-em-braille>>. Acesso em: 26 de fev de 2018

MRECH, L. M. **O Que é Educação Inclusiva?.** 2001. Disponível em < <http://www.inclusão.com.br/index.htm>>. Acesso em: 25 de fev. de 2018.

PINHEIRO, M.A. **A família e a inclusão escolar: fatores que influenciam a responsabilidade da família no processo de inclusão escolar.** 2017. Disponível em: < <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/672/554>>. Acessado em 14 de julho de 2020.

RAGONESI, M. E. M. M. **Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais.** 1997. 48p. Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SANTOS, M.N.G; SANTOS, E.G; DAMASO, E.A.F. **Inclusão social na escola: controversas e desafios.** Rev. Edapeci, v.19. n. 3, p. 109-121, 2019. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7402755>>. Acessado em 14 de julho 2020.

SILVA, O. M. **Epopéia Ignorada- A história da pessoa deficiente no mundo de ontem e de hoje.** 1987. Disponível em: <<https://casadaptada.com.br/2016/05/epopeia-ignorada-historia-mundial-da-pessoa-com-deficiencia-em-portugues-educacao-inclusiva-em-foco/>>. Acesso em: 12 de out. de 2018

SOARES, M.P; MENDES, G.G. **As principais dificuldades dos professores de educação física na inclusão de alunos com autismo: uma análise da rede municipal de educação de Criciúma/SC.** 2015. Disponível em:< <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4467/1/Maysa%20Pereira%20Soares.pdf>>. Acessado 14 de julho de 2020.

SOUZA, A.G.L. **A trajetória dos direitos educacionais da pessoa portadora de necessidades adaptativas e educacionais desde a antiguidade até os dias atuais.** 2015. Disponível em:< https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/53472.pdf>. Acessado 14 de julho de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ábaco 85, 86, 92, 93, 94, 96, 97

Acessibilidade 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 29, 32, 43, 44, 83, 102, 109, 113, 121, 122, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 227, 234, 235, 247, 256, 257, 261, 263, 266, 290

Adolescentes 3, 6, 16, 24, 63, 134, 135, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 213, 216, 217, 219, 220, 275, 283, 286

Alfabetização 36, 59, 60, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 288, 299, 305

Altas habilidades e superdotação 175, 176, 184, 185, 186

Aluno com deficiência 55, 115, 144, 178, 201, 206, 207, 257

Âmbito social 300

Aprendizagem profissional 280, 281, 282, 285

Aprendizagem significativa 62, 78, 84, 278, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 297, 298

Atendimento educacional especializado 10, 29, 41, 51, 52, 97, 109, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 143, 148, 152, 207, 260, 266

Autismo 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16, 17, 29, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 98, 100, 105, 106, 107, 113, 115, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 296, 299

Autismo infantil 40, 48, 54, 55

B

Baixa visão 86, 87, 90, 121, 140, 145, 147, 259, 260

Bullying 140, 147, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cegueira 86, 87, 90, 121, 145, 146, 259, 260, 261

Ciências da natureza 256

Comunicação 2, 11, 13, 14, 33, 35, 36, 45, 46, 48, 53, 91, 98, 104, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 121, 238, 241, 243, 245, 246, 260, 261, 285, 288, 289, 290, 293, 295, 297

Conteúdos atitudinais 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80

Currículo 19, 30, 33, 35, 39, 44, 54, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 102, 107, 119, 121, 132, 133, 140, 149, 161, 163, 201, 202, 216, 272

Currículo escolar 19, 54, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 133, 216

D

Declaração de Salamanca 19, 23, 27, 104, 120, 129, 151, 175, 177, 265

Dia da família 300

Diversidade 6, 8, 9, 10, 22, 26, 33, 34, 37, 46, 47, 49, 50, 54, 55, 60, 77, 81, 103, 104, 105, 110, 111, 120, 135, 136, 137, 175, 176, 177, 178, 181, 183, 186, 196, 208, 224, 225, 227, 230, 231, 233, 235, 241, 246, 248, 251, 288, 292, 295, 302

Drogas 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

E

Educação 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 216, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 243, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 274, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 294, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305

Educação especial 10, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 42, 43, 44, 49, 51, 52, 54, 55, 87, 89, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 141, 143, 144, 151, 177, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 204, 224, 226, 231, 232, 250, 253, 256, 264, 266, 287, 288, 292, 294

Educação inclusiva 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 49, 50, 54, 87, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 125, 127, 128, 129, 151, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 203, 209, 233, 234, 237, 247, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 292, 294, 298, 303

Educação infantil 3, 12, 25, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 99, 144, 150, 151, 237, 252

Educação superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17

Educación secundaria 153, 154, 155, 164

EJA 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Ensino-aprendizagem 31, 38, 53, 92, 98, 207, 273, 274, 303

Ensino superior 3, 4, 6, 15, 16, 17, 69, 99, 139, 140, 148, 149, 150, 151, 173, 204, 273, 305

Envelhecimento 46, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Escola 6, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 40, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 63, 66, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 91, 94, 96, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 147, 148, 149, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 227, 235, 248, 249, 252, 253, 257, 263, 264, 265, 266, 271, 281, 295, 299, 301, 302, 303

Evolução 153, 155, 157, 158

F

Formação de professores 9, 23, 28, 39, 46, 60, 85, 103, 112, 142, 186, 201, 207, 231, 232, 253, 266, 305

Formação humana 77, 79, 81, 82

Formação inicial de professores 165

G

Gênero 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

H

História 19, 29, 58, 70, 73, 78, 99, 100, 112, 116, 117, 120, 130, 139, 151, 171, 208, 211, 229, 231, 232, 251, 253, 266, 268, 272, 288, 292, 296, 301, 303

História da inclusão de deficientes 19

I

Inclusão 1, 5, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 65, 68, 69, 79, 85, 88, 90, 91, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 126, 129, 130, 139, 141, 144, 151, 165, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 186, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 235, 238, 241, 242, 243, 246, 247, 249, 251, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 271, 280, 281, 282, 285, 287, 288, 289, 291, 292, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Inclusão de deficientes 18, 19, 25, 26, 177, 255, 259

Inclusão escolar 18, 29, 40, 41, 49, 50, 52, 53, 54, 115, 121, 126, 129, 200, 203, 205, 209, 253, 257, 261, 288, 289, 291, 292, 298, 299

Integração 11, 24, 27, 40, 42, 43, 44, 47, 50, 52, 54, 55, 67, 113, 142, 144, 151, 178, 179, 202, 226, 227, 243, 264, 282, 283, 284, 292

Inteligência emocional 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 84

Intergeneracionalidade 131

J

Jovem aprendiz 280, 281, 282, 285

L

Libras 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 88, 108, 109, 110, 235, 236, 253, 261

P

Paraná 1, 40, 98, 105, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 142, 211

Permanência 4, 6, 8, 10, 11, 14, 50, 53, 56, 57, 58, 62, 65, 67, 68, 69, 99, 114, 169, 182, 202, 203

Políticas públicas 1, 3, 4, 5, 13, 14, 38, 53, 115, 118, 120, 130, 132, 138, 139, 148, 151, 175, 206, 247, 282, 283, 290

Prática pedagógica 38, 39, 50, 86, 166, 169, 172, 173, 179, 222, 288

Prevenção 46, 189, 194, 197, 198, 199, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 238, 273

Profissão docente 16, 37, 39, 287, 288, 289, 296

Projeto extracurricular 30, 31, 33, 38

Proposta pedagógica 26, 31, 77, 82, 84, 165, 166, 169, 171, 172, 173

Q

Qualidade de vida 132, 196, 231, 241, 251, 252, 253, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 278

S

Soroban 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

T

Trabalho docente 37, 98, 108, 114, 134, 180

Transtorno do espectro autista 1, 2, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 17, 45

Transtornos depressivos 267, 268, 270, 271, 272, 273, 276

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 